

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
------------------------	-----------

Capítulo 1

CONVENÇÕES PROCESSUAIS.....	29
------------------------------------	-----------

1.1. Aspectos históricos.....	31
1.2. Autonomia privada e autorregramento da vontade no processo civil....	36
1.3. A atual necessidade de convenções processuais	38
1.4. Cláusula geral e convenções em espécie	45
1.5. Acordos obrigacionais e acordos dispositivos	49

Capítulo 2

A PROMESSA DE NÃO PROCESSAR	53
--	-----------

2.1. Conceito.....	53
2.2. Aspectos históricos.....	59
2.3. Objeto dos <i>pacta de non petendo</i>	62
2.3.1. Direito material	66
2.3.1.1. Direito subjetivo.....	66
2.3.1.2. Pretensão de direito material.....	69
2.3.2. Direito processual.....	73
2.3.2.1. Pretensão processual	73
2.3.2.2. Direito de ação.....	76
2.3.2.3. Instrumento processual (“remédio processual”).....	84
2.4. Natureza processual da promessa de não processar.....	85
2.5. Momento e local para celebração dos <i>pacta de non petendo</i>	88
2.6. Limites das promessas de não processar.....	92
2.6.1. Há um limite temporal à promessa de não processar?.....	94
2.7. Promessa de não processar e obrigação natural	98

2.8. Promessa de não processar e prescrição.....	102
2.9. Promessa de não postular.....	109
2.9.1. Breves reflexões sobre a legitimidade <i>ad actum</i> e as zonas de interesse	112

Capítulo 3

ESPÉCIES DE PROMESSA DE NÃO PROCESSAR	119
3.1. Cláusulas de paz.....	119
3.1.1. A colaboração no processo. Análise do princípio da cooperação e suas decorrências.....	120
3.1.2. Autocomposição no Novo Código de Processo Civil.....	123
3.1.3. <i>Pactum de non petendo</i> e autocomposição.....	128
3.1.4. Cláusulas de paz	131
3.1.5. Cláusulas de paz na jurisprudência brasileira	134
3.2. <i>Pactum de non exequendo</i>	136
3.3. Outras interessantes aplicações das promessas de não processar e de não postular.....	143
3.4. Cláusula <i>solve et repete</i>	150

Capítulo 4

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	153
4.1. Convencionalidade em campos de direito público e no processo penal	153
4.2. Breves notas sobre a colaboração premiada.....	159
4.2.1. Histórico da colaboração premiada	159
4.2.2. Notas gerais sobre a colaboração premiada na Lei nº 12.850/2013..	161
4.3. Acordo de não persecução penal (a nova regulação da Lei nº 12.850/2013).....	164
4.3.1. Requisitos para celebração do acordo de não persecução penal.....	165
4.3.1.1. Requisitos gerais para a colaboração premiada	165
4.3.1.2. Requisitos específicos do acordo de não persecução penal.....	167
4.3.2. Momento para celebração do acordo de não persecução penal....	169
4.4. Negociação em improbidade administrativa	171
4.5. Resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público...	174
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS	183